Autos nº 0003489-05.2018.8.26.0361

Meritíssimo Juiz,

1. Oferece-se denúncia em face de **ADRIANA ALVES DA SILVA, MAYARA DOS SANTOS NICULAU, JOSELI ALVES DA SILVA FERREIRA, JOSELIA ALVES DA SILVA e NATALY ALVES DA SILVA MOREIRA**, em razão do cometimento dos crimes tipificados nos arts. 140, § 2º, c.c. o art. 61, inc. II, “f”, 129, § 9º, e 140, § 3º, c.c. o art. 61, inc. II, “f”, todos c.c. o art. 61, inc. II, “h”, na forma do art. 69, todos do Código Penal, e na forma da Lei n. 11.340/06; e, ainda, contra **ADRIANA ALVES DA SILVA**, em razão da prática do crime tipificado no art. 140, § 3º, c.c. o art. 61, inc. II, “e”, do Código Penal, na forma da Lei n. 11.340/06;

2. Requer-se:

2.1 A juntada da folha de antecedentes e certidões do que nela constar em nome das denunciadas;

2.2 A expedição de ofício à autoridade policial, visando ao preenchimento do “Boletim de Identificação Criminal - BIC” e à comunicação ao Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD), para completa alimentação dos registros criminais com relação às denunciadas;

2.3 O encaminhamento das vítimas para assistência social e psicológica, nos termos do art. 9º da Lei n. 11.340/06.

Mogi das Cruzes, 011 de novembro de 2019.

Flávia Flores Rigolo
Promotora de Justiça Substituta

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
DE MOGI DAS CRUZES**

Autos nº 0003489-05.2018.8.26.0361

Consta do incluso inquérito policial, iniciado por portaria, que, no dia 10 de dezembro de 2017, no período da tarde, na Rua Mario Yoshida, 771, Vila Cintra, nesta cidade e comarca de Mogi das Cruzes, **ADRIANA ALVES DA SILVA**, qualificada a fls. 16, **MAYARA DOS SANTOS NICULAU**, qualificada a fls. 18 e menor de 21 anos, **JOSELI ALVES DA SILVA FERREIRA**, qualificada a fls. 24, **JOSELIA ALVES DA SILVA**, qualificada a fls. 26, e **NATALY ALVES DA SILVA MOREIRA**, qualificada a fls. 28 e menor de 21 anos, agindo em concurso de pessoas e prevalecendo-se de relação familiar, injuriaram X, criança que contava com 9 anos de idade, mediante violência considerada aviltante por sua natureza e pelo meio empregado, ofendendo-lhe a dignidade.

Consta também que, nas mesmas condições de tempo e lugar acima indicadas, **ADRIANA ALVES DA SILVA**, **MAYARA DOS SANTOS NICULAU**, **JOSELI ALVES DA SILVA FERREIRA**, **JOSELIA ALVES DA SILVA** e **NATALY ALVES DA SILVA MOREIRA**, agindo em concurso de pessoas e em decorrência da injúria real acima narrada, ofenderam a integridade corporal de X, criança que contava com 9 anos de idade e pessoa com quem elas convivem, mediante corte de cabelo, causando-lhe lesão corporal de natureza leve.

Consta, ainda, que, nas mesmas condições de tempo e lugar acima indicadas, **ADRIANA ALVES DA SILVA, MAYARA DOS SANTOS NICULAU, JOSELI ALVES DA SILVA FERREIRA, JOSELIA ALVES DA SILVA e NATALY ALVES DA SILVA MOREIRA**, já qualificadas, agindo em concurso de pessoas e prevalecendo-se de relação familiar, injuriaram X, criança que contava com 9 anos de idade, utilizando-se de elementos referentes à cor e à raça dela, ofendendo-lhe a dignidade.

Consta, por fim, que, após os crimes acima narrados, nesta cidade e comarca de Mogi das Cruzes, **ADRIANA ALVES DA SILVA**, já qualificada, injuriou indiretamente Y, sua irmã, utilizando-se de elementos referentes à cor e à raça da filha dela X, ofendendo-lhe a dignidade.

Segundo o apurado, as denunciadas **ADRIANA, JOSELI e JOSELIA** são tias de X e irmãs de Y. **MAYARA** é mulher do primo de X, e **NATALY** é prima da criança. Todas convivem com X e frequentam a casa dos avós maternos da criança.

No dia citado, X estava na casa da avó materna, onde também se encontravam as denunciadas.

As denunciadas, então, com o propósito de humilhar X e rebaixar sua dignidade, colocaram-na sentada numa cadeira e, sem o consentimento dela, passaram a puxar seus cabelos com força e o uso de um pente, bem como a cortá-lo desordenadamente com uma tesoura (fotografia de fls. 35). Ao cortarem o cabelo da criança de tal forma aviltante e sem o seu consentimento, as denunciadas provocaram-lhe dano anatômico, já que em parte do seu corpo.

Em seguida, com o fim de ofender a honra subjetiva e rebaixar a dignidade moral de X, as denunciadas a chamaram de “macaquinha” e disseram que seu cabelo é “podre”, referindo-se, de forma pejorativa, à cor da pele e à raça da criança.

Na sequência, a denunciada **ADRIANA** entrou em contato com a irmã Y, por telefone, e, novamente com a intenção de depreciar a dignidade moral alheia, afirmou a ela que X é uma “neguinha de cabelo podre”, fazendo clara referência, de forma ultrajante, à cor da pele e à raça da criança e dessa vítima. Essa denunciada, ao proferir as ofensas à honra de X atingiu reflexamente a dignidade de Y, genitora da criança.

Consumadas as ofensas moral e física, Y e seu companheiro se dirigiram ao local do ocorrido e se depararam com X chorando, com os cabelos retalhados e dor no couro cabeludo.

Os genitores da criança notificaram os fatos à autoridade policial.

Diante do exposto, o Ministério Público denuncia **ADRIANA ALVES DA SILVA, MAYARA DOS SANTOS NICULAU, JOSELI ALVES DA SILVA FERREIRA, JOSELIA ALVES DA SILVA e NATALY ALVES DA SILVA MOREIRA** como incurso nos arts. 140, § 2º, c.c. o art. 61, inc. II, “f”, 129, § 9º, e 140, § 3º, c.c. o art. 61, inc. II, “f”, todos c.c. o art. 61, inc. II, “h”, na forma do art. 69, todos do Código Penal, e na forma da Lei n. 11.340/06; e, ainda, **ADRIANA ALVES DA SILVA** também como incurso no art. 140, § 3º, c.c. o art. 61, inc. II, “e”, do Código Penal, na forma da Lei n. 11.340/06, e requer que, recebida e autuada esta, se lhes instaure o competente processo penal, citando-as para apresentar resposta à acusação, designando-se audiência para a oitiva das vítimas e testemunha abaixo arrolada, e interrogatório, e prosseguindo-se, nos termos dos arts. 394 e seguintes do Código de Processo Penal, até final condenação. Requer, ainda, por ocasião da sentença condenatória, a fixação de valor mínimo para a indenização dos danos morais causados às vítimas, nos termos do art. 387, inc. IV, do Código de Processo Penal.

Vítimas:

X – (depoimento especial, nos termos da Lei n. 13.431/2017);

Y

Rol de testemunhas

1. Z

Mogi das Cruzes, 11 de novembro de 2019.

Flávia Flores Rigolo
Promotora de Justiça Substituta